

Utopia e socialismo

Ivone Gallo

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Universidade Estadual de Campinas

Grupo de Estudos Renascimento e Utopia

U-TOPOS - Centro de Estudos sobre Utopia (Brasil)

Resumo

Durante o século XIX, o conceito de utopia assumiu uma conotação negativa no sentido de sonho irrealizável, portanto sem função, desnecessário para um século dominado pela crença na solução científica dos problemas. Dentro da perspectiva de uma reflexão social, notamos a persistência desse sentido em Marx e Engels na interpretação que propuseram para o socialismo francês e inglês contemporâneos, tão combatidos por eles. Os próprios socialistas que se tornavam objeto desta crítica, entretanto, a rebatiam pela proposição de uma ciência no lugar de uma utopia que igualmente condenavam. O nosso objetivo é o de refletir sobre um conceito positivo de utopia para a análise do pensamento de Charles Fourier, que se aparte tanto dos postulados do materialismo histórico quanto daqueles da teoria do conhecimento fundados na clássica oposição entre Utopia e Ciência.

Palavras-chave

Ivone Gallo possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1982), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1992) e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2002), com pesquisa no exterior. Atualmente é docente da Faculdade de História da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e pós-doutoranda pelo departamento de Teoria Literária da Universidade Estadual de Campinas. Participa como pesquisadora do Grupo Temático *Escritas da Violência* e do *U-TOPOS - Centro de Estudos sobre Utopia*, ambos sediados no IEL/UNICAMP. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil República, socialismos século XIX, Charles Fourier, milenarismos e utopias, movimentos sociais séculos XIX e XX.

A proposta de pensarmos a Utopia enquanto *gênero* apresenta-se como um grande desafio, sobretudo quando levamos em consideração a totalidade de interpretações agregadas ao conceito ao longo do tempo e que incluem as dimensões, entre outras, literária, filosófica, psicológica, sociológica e política. Sem relegar a segundo plano as contribuições trazidas por estes domínios, a ênfase na abordagem que proponho recai na interpretação da utopia como gênero à luz da história e, portanto, calçada tanto na sua formulação pelos sujeitos históricos como na recepção que no tempo se faz delas. Essa escolha, entretanto, não elimina os embaraços quanto à complicada relação literatura/história na definição dos campos da ficção/realidade, principalmente em se tratando da abordagem do socialismo chamado utópico, ponto em que se concentra este artigo.

Sem dúvida, o tema das utopias adquiriu uma maior importância com Thomas Morus, no século XVI, que cunhou o termo utopia retomando sob uma nova perspectiva as reflexões de Platão. No contexto dos cercamentos na Inglaterra, Morus criou como um contraponto da realidade um país imaginário, uma ilha, como uma cidade ideal que ele pode ver em imaginação e descrever. A inovação de Morus residiu no fato de estabelecer um problema a partir do jogo ficção/realidade, manobrado com sucesso por meio da comparação do mundo desconhecido com a situação do presente, o que cria uma tensão para o leitor ou ouvinte do relato de Hithlodeus entre o mundo tal qual é e como na verdade deveria ser ou poderia ser/ter sido. As ambivalências do discurso de Morus marcaram profundamente os vários sentidos atribuídos à palavra utopia e ao gênero utópico, porém, a cada aparição na história, vemos acrescentarem-se novos significados à palavra visando expressar um olhar marcado pelo seu próprio tempo, com um foco nos seus ritos, mitos, temores e saídas possíveis e que caracterizam o próprio sentido da utopia. Essas atribuições das utopias, na verdade, já nos levariam a enxergar nelas um elemento ativo positivo bastante marcado, mas o mundo contemporâneo fechou-se em grande parte para esta hipótese de leitura, pois ao simples soar da palavra nota-se a prevalência de um de seus sentidos apenas, o de mera ficção, mas não aquela do tipo crítico positivo, e sim a do devaneio sem compromisso, a que se entregariam somente as figuras patéticas ou mesmo os loucos. Aqui reside o problema nuclear sobre o qual pretendo me debruçar numa abordagem da utopia na perspectiva do pensamento e do movimento social do século XIX na vertente do fourierismo e do marxismo, relação esta capaz de nos confrontar com o seguinte: toda imaginação utópica advém do real do qual visa abalar a legitimidade e apenas se realiza plenamente quando a ele se remete seja como forma concreta adquirida pelo que antes não passava de idéia, seja na simples formulação de idéias que enquanto tal reponham a necessidade de uma reflexão crítica sobre o real. Para o caso específico que nos propusemos a analisar, isto é, entre Fourier e Marx, entre utopia e socialismo forma-se um jogo de espelhos em que um é o outro, faltando-nos apenas definições dos nomes e das coisas.

¹ Morelly, 1994. A primeira edição teria saído em 1755, sem que se desse a conhecer o autor.

Convém nos lembrarmos aqui também de que, para o caso do socialismo do século XIX, uma grande matriz é Morelly¹ cuja influência,

inclusive é bastante forte em segmentos da militância fourierista, sobretudo em Villegardelle².

Se partirmos da síntese intentada por Dubois (1968), notamos que no período em que este autor apresenta um balanço da questão, parecia vital a busca de um elo comum que, perpassando todos aqueles níveis de abordagem das utopias, fosse capaz de revelar, de fato, uma estrutura da Utopia apta agora a nos fornecer uma explicação das suas características gerais e mais profundas. Mais do que isto, numa época de total negação dos valores já consolidados, tratava-se, sobretudo, de repor o tema das utopias na perspectiva da sua utilidade ou não como base para as transformações sociais almeçadas, caso contrário, inclusive, não se teria como explicar a retomada do tema e das práticas nos anos de 1960 e 1970 de uma maneira tão penetrante.

Do conjunto das reflexões de Dubois depreende-se que a Utopia pertence eminentemente ao campo das idéias, das emoções e da afetividade, e que enquanto imaginação nascida do campo literário e ficcional a ele obrigatoriamente adere suas raízes. No âmbito deste debate que suscita uma polêmica de fôlego, cujo desfecho, inclusive é de difícil solução, sobretudo assim, em tão poucas páginas, acredito, apesar destes obstáculos, que o olhar do historiador talvez possa adicionar mais alguns pontos importantes ao conjunto daqueles já em discussão. Que as utopias mantenham um vínculo estreito com o domínio da imaginação, ninguém seria capaz de negar, porém, junto com isto nasce a suspeita sobre o fato de que suas expressões permaneçam restritas ou possíveis apenas enquanto idéias e que a sua efetividade deva-se mais pela habilidade de uma construção literária astuciosa do que pela capacidade que comportam de realização, ou ainda, pelo fato de residir na própria utopia um real e também um real virtual, como um duplo do real que experimentamos (sua versão corrigida e melhorada). Deste modo, embora os enlevos da imaginação constituam os leitões que embalam as utopias, as formas literárias acabam por constituir-se como uma das suas expressões apropriadas, sendo outras o terreno da práxis onde estão imbricadas ações e idéias. O modo então como os homens fazem a história preserva um elo estreito com o jogo das utopias/distopias. Neste caso, podemos tanto vislumbrar uma tradução do texto para o contexto, como produções de texto que tinham sido anteriormente fabricadas no agir humano, ou ainda, negações recíprocas.

A proposta que apresento é a de interpretação da utopia na sua vinculação, para mim essencial, de tempo-espço tomando como objeto o debate de Marx e Engels sobre o socialismo utópico, em especial a abordagem por eles do pensamento de Fourier³. Acredito firmemente que uma reflexão sobre a utopia calcada na análise dos seus sentidos dentro de um período histórico permite levantar problemas com relação a uma autonomização das idéias como sistemas ou estruturas sobrepostas ou desligadas da concretude do real e que a ele se ligassem por uma “fabulação prática”, para roubarmos termos retomados por Dubois (1968, p. 38). A partir das grandes matrizes do pensamento que de diferentes formas procuraram abordar esse teorema chamado utopia, a começar por Morus, depois o próprio Dubois, Marx

² Fourierista que publicou uma edição de Morelly em 1841 restabelecendo a verdadeira autoria da obra falsamente atribuída a Diderot. Ver Moraes in Morelly, 1994. Vale ainda lembrar que parece curioso o fato de que um fourierista fizesse publicar uma obra de cunho comunista, pois o próprio Fourier se mostrava cético com relação ao comunismo.

³ A partir das afirmações destes autores inclusive, nota-se a importância da retomada do debate nos anos 1960 a respeito do tema das utopias sobre o qual Dubois elabora questões vitais para uma nova valorização.

⁴Todos os autores citados já são suficientemente conhecidos, mas sobre Ernest Bloch tivemos uma edição em português recente (2005-2006). Nele encontramos uma releitura de um Marx utopista no sentido positivo, ponto de vista heterodoxo até pelo resgate no racionalismo marxista de um humanismo. Sobre Bloch há muitas leituras interessantes, entre elas a de Suzana Albornoz (2006), cujo recorte na ética, na moral e no engajamento pressuposto na utopia contribuem para a minha argumentação.

⁵ Baczko, 1989. Ver p. 17 onde afirma que “utopia is not only imagined and thought; it is made intelligible and communicable in a discourse by which the marging of the idea-images and their integration into a language is accomplished”.

⁶ Manifesto que acompanha os estatutos da *Société Union Industrielle*, Paris, 1841. A sociedade congregava operários franceses adeptos de Charles Fourier que vieram ao Brasil estabelecer o Falanstério do Saí (SC), entre 1841-1845. De resto, o tom ameaçador a respeito de uma guerra social, explicitado no documento, em nada faz lembrar aquelas “aspirações instintivas dos operários” mencionadas no *Manifesto do Partido Comunista*, p. 45.

⁷ Existem publicações sobre os banquetes falanstérios em que os discípulos de Fourier reuniam-se em datas comemorativas, ou como forma de angariar recursos para a formação de falanstérios ou simplesmente como pretexto para estarem juntos. Nestas publicações constam poemas declamados, como homenagens, brindes ofertados, sempre com menção às expectativas de superação

e Engels, Mannheim, Ernest Bloch⁴, num amplo leque de opções, nos preocupamos em delimitar os campos de possibilidade da encenação da própria história como ficção, enquanto talvez nos esqueçamos das formas da imaginação criativa que, brotando da própria história, tornam-se capazes de informar a realidade objetiva no sentido da sua transformação. Eis a essência da utopia, essa capacidade de sonhar acordado que nos revigora pelo estímulo da esperança diante do incômodo da vida. Evidentemente, que os planos e ideais acerca do real só se tornam comunicáveis a partir de uma linguagem capaz de traduzir o pensamento de forma inteligível⁵. Por isto mesmo, uma reflexão sobre a construção literária e mais precisamente, sobre sua condição de construção e de suas características, bem como da direção que assume importam para uma reflexão acerca da própria utopia. Tomemos como exemplo então, a fala que se segue capaz de remeter aspectos de teorias socialistas da primeira metade do século XIX para o terreno da ação:

Tenhais fé no amanhã: o velho mundo vai desaparecer com seu caos. O homem degenerado vai se regenerar numa ordem de coisas mais em harmonia com as suas necessidades. Se existirem ainda lágrimas, elas serão menos amargas. Pouco a pouco o contraste aflitivo da opulência e da miséria desaparecerá. Todos recebendo em abundância o alimento espiritual e material, sob o império da justiça e da liberdade, vós vos tratareis por irmãos, e entre vossas mãos os bens que a providência vos terá repartido se multiplicarão (...) trabalhadores, nossos irmãos, levantai-vos! Já soa a hora da liberdade pelo trabalho. Outros depois de nós persistirão na obra da propaganda (...) e nós estamos convencidos de que o ardor do proselitismo deles será muito mais frutuoso logo que um fato prático complete o ensinamento e sirva para recolher e utilizar as convenções esparsas⁶.

O interesse do exemplo vem justamente do fato de representar uma apropriação, uma tradução pela militância operária de correntes distintas do socialismo de então - o de Fourier e o de Saint-Simon, sobretudo - que numa síntese se mesclaram e dirigiram-se para a realização da utopia na e pela história. A necessidade dos operários em buscar soluções imediatas para os seus problemas resultou na elaboração de inúmeros projetos de comunidades fourieristas para os quais os militantes empreenderam esforços e propagandas no intuito de sua realização em tempo breve. No movimento operário a propaganda tornou-se ato, notamos o abandono da ficção e da linguagem mais elaborada em nome do pragmatismo. Se no material de propaganda ou em falas durante reuniões festivas se abusasse com freqüência da linguagem figurada, mesclada também a elementos de realidade, o recurso a figuras de linguagem não visava outro objetivo que o de estimular, pelo entusiasmo, uma ação⁷.

Mas aqui cabe uma segunda ordem de reflexões, antes de entrarmos no julgamento de Marx e Engels sobre o socialismo de Fourier. Se a nossa idéia nos antecipa que entre a literatura de Fourier e o movimento operário (o real), existe um descompasso, certamente nos enganamos e, em segundo lugar, se encaramos a literatura de Fourier como a de Morus, incorremos novamente em enganos. Todo estudioso da obra de Fourier se dá conta

imediatamente de que ele nos fala de um mundo conhecido e o faz de uma forma muito direta. Paris é a Paris conhecida e tomada como exemplo expandido de outras grandes capitais por representar a civilização, modelo de desenvolvimento criticado por ele. O seu texto está plasmado à realidade do momento da qual busca o próprio ser, daí a crítica aos economistas liberais cujas teses mirabolantes que defendem apresentam como resultados as catástrofes sociais, nitidamente desenhadas na época. Daí também a opção de Fourier pela aceitação de uma ciência vinculada não mais a formulações complicadas, mas a coisas simples vindas da experiência, uma ciência aplicada, em oposição à “catarata intelectual”.

Por outro lado, se poderia argumentar em contrário que na escrita de Fourier existe também um retrato do mundo diferente do mundo que é, porém para ele nada ali há de ficção, mas uma realidade de um duplo do real, sua essência, sua consistência, que fora impedida de concretizar-se. Em virtude destas concepções é que existe para Fourier a negação da utopia e a afirmação do pragmatismo, como se ele estivesse a nos lembrar de que o mundo vivido representa uma realidade invertida, desvirtuada. Aqui, novamente vislumbramos a possibilidade de negação, para o caso que analisamos, das teses de um dos maiores expoentes na análise das utopias como foi Karl Mannheim. Para ele, embora exista um reconhecimento de que as ideologias e as utopias não possam ser avaliadas a partir de um absoluto (apenas como idéia anterior), mas ao contrário, a partir do sujeito (o que organiza a idéia a partir da legibilidade de uma determinada realidade), enquanto estados de espírito que são, permanecem no nível da transcendência; aí estaria sua utilidade, na medida em que, distantes da realidade mais imediata seriam efetivas na sua oposição a ela. Para as utopias não haveria então outra chance de sobrevivência que o mundo extrínseco, pois uma vez realizada, a idéia corre o risco de transformar-se em ideologia. Essas teses encontrariam mesmo um problema se confrontadas com os próprios escritos de Morus, para quem a utopia não é o lugar inexistente, mas aquele que será⁸. Para o caso de Fourier, vale dizer duas coisas: da importância da metafísica na construção do real e na compreensão do sujeito como fabricação coletiva, que por conta do espaço não desenvolveremos aqui, mas que explicam plenamente sua recusa dos antagonismos e sua opção pela confraternização universal como uma saída para a humanidade. A sua opção de construção do sujeito, sobretudo, nos faz entrever a consonância da sua literatura, não como uma representação filtrada do real, mas como o retrato de uma condição humana do momento.

Gostaria agora, antes de continuar, de chamar a atenção para uma comparação aproximativa entre a utopia no século XVI e a utopia no século XIX, pois parece que em ambos os casos aparece discutível um destaque do aspecto meramente ficcional das suas proposições. Em Morus e em Fourier, a ficção (e aqui no seu sentido negativo) parece estar no mundo conhecido, o que nos leva a compreender uma inversão com relação aos modelos interpretativos tradicionalmente aceitos que vêm nas utopias o irreal ou o imaginário em sentido negativo. Uma segunda e última observação seria sobre um olhar geral e panorâmico das utopias na linha

da realidade do momento. Em obras de difusão dos princípios fourieristas para o público, como os *Almanach Phalanstérien* ou folhetos como o *Calendrier Social* as palavras e as imagens tornavam-se instrumentos de sedução e de conversão para a causa. Tudo isto está de acordo com o que livremente chamarei de cultura popular e nada tem com alienação ou falta de consciência. A análise das fontes fourieristas também aponta para o fato de que o socialismo de Charles Fourier não se restringia à pequena burguesia tendo alcançado destaque no movimento operário que conhecia e discutia aspectos fundamentais da teoria de Fourier.

⁸ Sobre o sentido metafórico utilizado por Morus em seu livro ver o interessante artigo de autoria de Cosimo Quarta, 2006. Neste artigo observa-se a construção inteligente de oposições do tipo loucura/sabedoria, nunquam/Abraça, ou-topia/eu-topia.

temporal que permite vislumbrar, no caso dos socialismos, um abandono da matriz literária em favor de uma reflexão de caráter histórico-filosófico, o que procuraremos analisar daqui por diante nas suas várias implicações.

Na perspectiva do materialismo histórico, o primeiro socialismo é interpretado como socialismo utópico, carregando esta denominação um sentido negativo comparativamente ao comunismo. As teses a respeito destas singulares diferenças foram esboçadas no *Manifesto Comunista*, escrito por Marx e Engels entre dezembro de 1847 e janeiro de 1848, quando ambos buscavam uma síntese que explicasse um esmorecimento do movimento operário naquele momento. Todavia, em contradição com este ponto de vista, a primeira edição destes manuscritos teria saído em Londres em fevereiro de 1848, justamente coincidindo com ano e mês marcado pela “primavera dos povos”. No prefácio à edição alemã de 1883, Engels explicava que naquele momento em que Marx repousava no seu túmulo em Highgate, sobre o qual já “reverdece a primeira relva”, a história, desde a dissolução da propriedade comum, tinha sido a história da luta de classes (classes exploradoras e classes exploradas), e consolidava as teses iniciais do texto a respeito da missão histórica do proletariado acerca de uma emancipação geral de todas as classes. Mas que proletariado seria este? Certamente, não o proletariado que promovia as revoluções de 48, mas um proletariado evoluído, informado pela ciência e não pela utopia. Enfim, um proletariado imaginado.

Em virtude deste desencontro entre as impressões acerca do movimento social do período de Marx e Engels e a realidade histórica se faz necessária a referência ao *Manifesto do Partido Comunista*⁹.

Em janeiro de 1848 uma primeira publicação, em alemão, do então intitulado *Manifesto do Partido Comunista* aparece em Londres pela Sociedade Educativa para Trabalhadores, sem que os autores se dessem a conhecer. Aliás “os nomes de Karl Marx e Friedrich Engels aparecem pela primeira vez como os autores do texto na edição alemã de 1872, publicada em Leipzig, já com o título de *Manifesto Comunista (Kommunistische Manifest)*” (cf. Batalha, 1998). O texto, hoje lido como uma síntese primeira do que viria a representar em forma mais elaborada o materialismo histórico em escritos posteriores, suscita ainda múltiplas leituras. De todo modo, convém ressaltar que uma das inquietações dos autores no momento em que se dedicavam à sua confecção, no ano de 1847, era, na interpretação deles, a pasmação que assombrava o movimento operário, daí a tentativa do *Manifesto* de buscar as razões para isto, tanto quanto de apresentar soluções. Na primeira parte do texto o problema é apresentado a partir da caracterização da sociedade atual como dividida entre burgueses e proletários. Uma explicação mais acabada da concepção de classe será fornecida ao longo do texto e é formulada na proposta de que a classe depende para a sua consolidação de duas coisas postas no mesmo grau de importância: o desenvolvimento das forças produtivas (não como algo programado, inclusive) e a centralização política dos meios de produção e bem como da própria produção¹⁰. Esta primeira parte garante o desenvolvimento dos argumentos apresentados na seqüência do texto sobre o proletariado e a sua missão histórica de, enquanto

⁹ A crítica ao socialismo utópico em oposição a um outro socialismo, científico, é desenvolvida também como uma crítica à metafísica elaborada no *Anti-Dübring* por Engels. Evidentemente, uma crítica ao primeiro socialismo ou mesmo às utopias não estão restritas a estes autores, mas para o caso do socialismo o debate levantado por Marx e Engels demarcou um campo de discussão.

¹⁰ Sobre esta interpretação incomum ver Boito, 1998. As referências no *Manifesto* que permitem chegar a isto estão na p. 25 (edição Alfa-Omega, s/d).

classe, submeter a ordem burguesa, transformando o mundo em prol da humanidade inteira. No *Manifesto*, nota-se a frustração dos autores com relação às expectativas iniciais, pois a classe na qual depositam as esperanças salvacionistas parece não responder às exigências que a tornam de fato sujeito histórico. Na óptica marxista, seria a sua transformação em classe para si, quer dizer, que age conscientemente acerca do seu lugar na sociedade e também do seu papel, portanto, instruída não mais no socialismo, mas no comunismo, como um verdadeiro socialismo (científico e não utópico). Mas, pouco tempo depois da publicação do manuscrito, em janeiro de 1848, estourou na França a revolução de 1848, fato para nós muito importante como ponto de referência se tivermos em mente os motivos levantados no *Manifesto* para o insucesso de uma revolução proletária: a compreensão do seu papel de classe, a sua organização num partido, por mais livre que se torne para nós a compreensão desta palavra. A explicação do fracasso vem do erro em deixar-se conduzir pela burguesia e a responsabilidade disto se deve, em parte, à adesão desse proletariado ao socialismo de tipo pequeno burguês que cultua a harmonia social embotando a visão da luta de classes. Na tentativa de separar-se desta tradição, Marx pleiteará o comunismo como sendo o socialismo verdadeiro, científico.

O termo ciência opõe-se no materialismo histórico ao termo utopia. O que define o materialismo histórico seria a análise racional das condições materiais da vida de uma determinada sociedade e das formas de produção da mesma, isto é, um enfoque materialista, agnóstico, racional. Na perspectiva materialista, ao inverso da metafísica, o movimento da história se define pelo antagonismo das classes, sendo a luta entre elas o que permite as transformações. A utopia, na visão metafísica, utópica, algo impalpável, imponderável, irreal, arvora-se o direito de construção da realidade. Causas extrínsecas jamais poderiam apresentar-se como motores da vida das sociedades humanas. As teses do materialismo histórico que procuram dar conta desta questão aparecem não apenas no *Manifesto*, mas no *Anti-Dühring* e na *Teses sobre Feuerbach* em que se opera uma crítica a respeito do pensamento que supostamente se configura como base não apenas da filosofia, mas do socialismo. O socialismo crítico utópico é visto no *Manifesto* como o fruto de uma época em que apenas iniciavam-se as lutas entre burgueses e proletários e, naquele momento, tornaram-se revolucionárias. O estado incipiente da luta de classes explicaria a recusa dos socialistas ao jogo político, à sua pregação, não de classe, mas em benefício de todos. Ao mesmo tempo, Marx está convencido do abandono destes modelos já em 47, fato que progredirá tão logo haja um desenvolvimento histórico capaz de despontar o proletariado como vanguarda. Haveria um descompasso, então, entre a teoria socialista e o movimento operário, este tendendo ao avanço e aquela freando a reação de classe. O socialismo utópico seria o socialismo reacionário, tese esta que já negamos anteriormente quando tratamos do *Manifesto da Sociedade União Industrial*.

Uma análise da literatura de Marx não oculta que o modelo escolhido por ele mais do que materializar a realidade estabelece, de fato, a sua ficcionalização, uma vez que se rompeu ali a relação entre a palavra

e a coisa (o operariado e a sua interpretação, expressão). Hoje se poderia fazer esta afirmação com tranquilidade uma vez que, para os anos trinta, na França, o uso corrente de palavras como operário, proletário, trabalhador se fazia notar, portanto, denunciando pela própria presença na linguagem a sua existência no domínio anterior da experiência (Paris, 1987). Apesar das evidências históricas desta presença no *Manifesto*, ela é negada.

Entre Marx e Fourier, para concluir, não podemos dizer que seja possível apresentar, como se tem feito, o segundo como o estágio anterior e necessário de um pré-socialismo que, numa linha ascendente levaria ao comunismo do primeiro, como uma ciência capaz de substituir a utopia anterior. Na verdade, por caminhos diferentes ambos pretendiam chegar a um mesmo lugar, isto é, à felicidade geral da humanidade pela extinção das desigualdades sociais, da opressão e da miséria. As suas formas de pensar são muito distintas: Fourier, a partir da metafísica e da analogia, explica as contradições do real que visa superar em nome do amor e da harmonia universal; Marx, busca uma explicação do real a partir das condições objetivas e do antagonismo entre as classes, cuja luta promove o movimento da história. Ao proletariado caberia o papel de emancipação da humanidade e condução das transformações almejadas. Um estudo sobre esta diferença fundamental que resgate o sentido revolucionário da obra de Fourier e do movimento operário fourierista ainda está por ser escrito. Do mesmo modo em que na ciência de Marx e de Fourier se resgate um sentido utópico, negado por ambos, mas necessário para a compreensão do movimento da história. Enfim, isto tudo se torna relevante apenas porque existem sujeitos inconformados e com sua sensibilidade aguçada e capacidade de racionalização que trabalham incansavelmente na formulação de planos capazes de superar a dor coletiva (Fortunati, 2005).

Bibliografia

- ALBORNOZ, Suzana. *Ética e utopia: ensaio sobre Ernest Bloch*. Porto Alegre: Movimento; Santa Cruz do Sul, RS: Ed. da Unisc, 2006.
- BACZKO, Bronislaw. *Utopian lights. The evolution of the Idea of social progress*. New York: Paragon House, 1989.
- BATALHA, Claudio. "O Manifesto Comunista e sua recepção no Brasil". In: *Crítica Marxista*, v. 1, tomo 6, 1998.
- BLOCH, Ernest. *O princípio Esperança*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. UFRJ, 3 vols., 2005-2006.
- BOITO Jr., Armando. "A constituição do proletariado em classe, a propósito do Manifesto Comunista de Marx e Engels". In: *Crítica Marxista*, v. I, tomo 6, 1998.
- DUBOIS, Claude-Gilbert. *Problèmes de l'Utopie*. Archives des Lettres Modernes. Paris: Archives des Lettres Modernes, n.85, vol. IV, 1968. [DUBOIS, C-G. *Problemas da Utopia*. Trad. Ana Cláudia R. Ribeiro. Prefácios de Claude-Gilbert Dubois e Carlos E. O. Berriel. Campinas: UNICAMP/IEL/Setor de Publicações, 2009.]

- FORTUNATI, Vita. "Utopia and Melancholy: an Intriguing and Secret Relationship". In: *MORUS - Utopia e Renascimento*, Campinas, n. 2, 2005.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. "Manifesto do Partido Comunista". In: *Obras Escolhidas*, vol. 1, São Paulo: Alfa-Omega, s.d.
- MORE, Thomas. *A Utopia*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
- MORELLY. *Código da natureza*. Apresentação de João Quartim de Moraes. Tradução de Denise Bottmann. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- PARIS, Robert. "A imagem do operário no século XIX pelo espelho de um Vaudeville". In: *Revista Brasileira de História*, vol. 8, n. 15, set. de 1987/ fev.1988.
- QUARTA, Cosimo. "Utopia: gênese de uma palavra-chave". In: *MORUS - Utopia e Renascimento*, Campinas, n. 3, 2006, p. 35-53.

